

O PROCESSO DE FUNDAÇÃO DA LOJA MAÇÔNICA LUZ E FRATERNIDADE: 1954-1957, FEIRA DE SANTANA - BA

(THE FOUNDATION PROCESS OF LIGHT AND FRATERNITY MASONIC LODGE: 1954-1957, FEIRA DE SANTANA—BA)

Israel Santos Silva ¹

Resumo

Este artigo tem por objetivo compreender como se deu o processo de fundação da Loja Maçônica Luz e Fraternidade considerando o contexto feirense do fim séc XIX e início XX e os sujeitos presentes no processo por meio do conceito de sociação e os preceitos teóricos: razão, progresso, fraternidade, liberdade, igualdade e moral. Buscando entender as relações envolvidas neste processo e como estas se propagaram durante o processo de fusão da Loja Maçônica Luz e Fraternidade.

Palavras-chaves: Maçonaria; Feira de Santana; Sociação.

Abstract

This article aims to understand how was the foundation process of the Masonic Lodge Luz e Fraternidade, considering the context of the city of Feira de Santana of the late nineteenth century and early twentieth and the subjects present in the process through the concept of membership and of the theoretical precepts: progress, freedom and fraternity. Seeking to understand the relationships involved in this process and how they spread during the merger process of two lodges which led to the foundation of Luz e Fraternidade.

Keywords: Freemasonry; Feira de Santana; Membership.

¹ Israel Santos Silva é Graduando em Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS. Linhas de pesquisa: Ensino de História, Culturas Escolares e Cotidiano. Participante do GEPENH - Grupo de Estudos e Pesquisa em Ensino de História. E-mail: israel-santos-silva@live.com

1. Introdução

A maçonaria tem sido alvo de teorias conspiracionais e narrativas diversas ao longo do anos, pensá-la historiograficamente torna-se desafio pelas narrativas diversas que a rodeiam oriundas da comunidade externa e interna desta instituição. O textos escritos sobre a maçonaria geralmente foram em sua maioria até o presente momento escrito por maçons interessados em enaltecer a história desta ordem perante a sociedade a colocando sempre como exemplo de progresso.

A escrita positivista sobre a maçonaria foi predominante principalmente no século XIX, época a qual podemos citar como exemplos Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-78) e Manuel de Oliveira Lima (1867-1928) que divergiam quanto a nacionalidade da intenção da maçonaria com relação ao Brasil, mas ambos preocupados em demonstrar o empenho da maçonaria brasileira em defender a legitimidade de um regime político pautado na lei devido o principal debate da época ser qual seria o melhor regime político para a nação.

No século XX com uma abordagem marxista, Caio de Prado Jr. (1907 - 1990), afirma ao estudar o processo revolucionário de queda da colônia que este aconteceria com ou sem atuação maçônica devido a fatores econômicos e de estrutura das relações sociais, assim, a maçonaria assume em Prado Jr. apenas e somente papel de instrumento. Célia M. Marinho de Azevedo (1997) afirma que "podemos identificar em Prado Jr. o início da tendência de negação de uma identidade maçônica aos personagens atuantes no processo de emancipação política do Brasil." Segundo Prado Jr. a história da maçonaria no Brasil não passou de uma relação instrumental e secundária. Os maçons brasileiros em essência são brasileiros e este fator teve mais importância na atuação política do que ideário maçom (AZEVEDO, 1997).

A partir do meio para o fim do século XX, em 1970, a abordagem de uma Nova História Política possibilitou abordar a maçonaria como um novo objeto, uma nova temática que aborde os poderes, o que se sabe sobre esses poderes e práticas discursivas (FALCON, 1999) assim possibilitando problematizações observando representações, mentalidades, imaginários, símbolos, signos e memória coletiva.

É através dos novos objetos e perspectivas de pesquisa histórica que se tem iniciado novas pesquisas sobre a história da maçonaria, partindo da 'invisibilidade' maçônica apontada por Marinho de

Azevedo, principalmente nas visões de Nova História Política e Intelectual. A sociabilidade maçônica passa a ser objeto de reflexão social, psicológica e política (AGUILHON, 1984). E por qual motivo não seria histórica também ?

A pesquisa acadêmica em torno da maçonaria apresenta diversas dificuldades, empecilhos ao pesquisador: poucas fontes, poucos trabalhos acadêmicos e por isso o pesquisador da história da maçonaria deve ter muita vontade, empenho, dedicação e disciplina em realizar sua pesquisa e obter seus resultados, parte disso se dá pelo que Souza (2015) chama por complexibilidade dos preceitos e fundamentos da instituição, para que o pesquisador não corra o risco de compreender a maçonaria como instituição monolítica, a-histórica e superdimensionada.

Com o objetivo de compreender a maçonaria feirense do século XX, em especial a fusão de duas lojas maçônicas, de forma histórica, apelamos à compreensão sociológica de sociedade de Georg Simmel (1983, 1986, 1998, 2006) dialogando os conceitos de cultura e poder com preceitos de Souza (2015) sobre maçonaria, levando em consideração, os também conceitos de Simmel, sociação e a sociabilidade, isto pois para Simmel sociedade é resultado das interações entre sujeitos, as formas pelos quais estes indivíduos se relacionam - sociação, e o desempenho e convivência dentro destas sociações de sociabilidade, sendo as relações podendo ser classificadas em conflitivas, de interesse mútuo ou dominação.

O que leva então, partindo destes pressupostos teóricos, duas lojas maçônicas dentro de um contexto de expansão territorial e comercial da cidade de Feira de Santana na Bahia a realizarem uma fusão? Qual a classificação da relação entre estas lojas levando em conta a conceituação de Simmel?

2. Esquadro e Compasso: Considerações Teórico - metodológicas

Devemos pensar também questões teóricas-metodológicas antes de prosseguirmos na tentativa de responder estas perguntas no esforço de aprimoramos nossas ferramentas para feitura de um bom produto. Como os conceitos de sociação e sociabilidade se aplicam na análise histórica da maçonaria?

A sociedade pela perspectiva de Simmel (2006) é oriunda de uma complexa rede de interação entre indivíduos, interação essa motivada por diver-

os fatores como paixão e vontade, logo a essência, da sociedade é a relação entre sujeitos de forma cotidiana de maneira diversa. Assim os sujeitos estão conectados “uns aos outros pela influência mútua que exercem entre si pela determinação recíproca que exercem uns sobre os outros” (SIMMEL, 2006, p.17).

Assim a socição é a processo das manifestações da interação dos sujeitos sendo definida como “[...] o processo permanente do vir-a-ser da vida social, processo sempre in fieri, que está acontecendo sem que se possa dizer que já aconteceu”. (SIMMEL, 1983, p. 31) e vale ressaltar que devemos compreender a

associação como processo social básico, que denota o dinamismo constitutivo da vida social, não se confunde nem com a socialização nem com a associação, uma vez que dá conta não de conteúdos, mas da “forma (realizada de incontáveis maneiras diferentes) pela qual os indivíduos se agrupam em unidades que satisfaçam seus interesses (SIMMEL, 1983, p. 166 *apud* OLIVEIRA; VIEIRA, 2015).

Por sua vez o conceito de sociabilidade é compreendida como a forma pela qual os indivíduos constituem uma unidade no intuito de satisfazer seus interesses, onde o material, forma e conteúdo,² são processos indissociáveis (SIMMEL, 2006). A sociabilidade diz respeito não ao objetivo, o porquê, pelo qual o grupo se forma, mas o interesse em comum na própria reunião social dos indivíduos envolvidos junto ao sentimento de pertencimento a determinada associação, grupo etc., não necessariamente importando em primeiro plano o objetivo do grupo.

Este aspectos de estar em determinado grupo pelo interesse nele em si leva pessoas com diferentes objetivos a conviverem, pois “todas essas formas de socição são acompanhadas por um sentimento e por uma satisfação de estar justamente socializado, pelo valor da sociedade enquanto tal” (SIMMEL, 2006, p.64). Reconhece-se então que na sociabilidade existiu um processo que torna o fim em si, devido a materialidade, forma e conteúdo, se fundem e se definem constituindo um fenômeno social que não leva em conta uma razão, senão o interesse dos membros.

² tudo o que existe nos indivíduos e nos lugares concretos de toda realidade histórica (...) tudo o que está presente nele de modo a engendrar ou mediatizar os efeitos sobre os outros, ou a receber esses efeitos dos outros (SIMMEL, 2006, p.60).

Podemos alocar esse o sentimento de identidade coletiva e coesão do grupo por meio do conceito de socição, sendo a sociabilidade a invenção livre do social através da relações interpessoais, não necessariamente encaixando dentro da zona institucional e deixando rastros, expressando-se em discursos e símbolos. Tais rastros ou vestígios podem ser lidos como fontes de outras formas de socição que não estatal, mas ainda assim materializadas que atuam influenciadas e como influenciadoras dos sujeitos.

Quais as fontes disponíveis ? Parte do ofício do historiador é lidar com fontes, que por meio de questionamentos poderão ou não fornecer determinadas informações. As fontes encontradas e acessíveis que possibilitaram a pesquisa foram produzidas por dois maçons feirenses: Alberto Alves Boaventura que realiza um esforço, memorialista, tentando se referendar algumas vezes no Jornal Folha do Norte e fotografias escrevendo o livro A Maçonaria no Oriente de Feira de Santana que é um esforço de manter a memória da maçonaria feirense viva e um discurso pró união dando destaque a dissidências e processos de fundação com enfoque na ajuda mútua. Outro fonte foi produzida por Elizaherte Caires, que foi venerável mestre pela Loja Luz e Fraternidade e realizou um esforço pela manutenção da história da maçonaria na cidade com coleta de dados e fontes e a escrita de um texto repleto de informações coletados em atas.

Ambas as fontes demonstram uma noção positivista da história, esforços que possibilitam ao historiador ter acesso a fontes comentadas difíceis de serem alcançadas devido a maioria ser profano e as Lojas muitas vezes fechadas a este tipo de iniciativa. Ao pensarmos a escrita destas fontes devemos levar consideração que ambos não eram historiadores e assim se pensarmos o processo de pesquisa e escrita historiográfica como “[...] a relação com entre um lugar [...], procedimentos de análise [...] e a construção de um texto” (CETEAU, 2000, p. 66), tanto o processo memorialista de Boaventura quanto o esforço de Caires se difere do processo da pessoa iniciada na história, sendo assim os textos história, mas não historiografia.

As fontes utilizadas tem também em ponto em comum o foco de relatar o que consideram os principais fatos e seus principais agentes sem a mes-

ma preocupação e perícia teórico-metodológica com as fontes e fatos, mas de escritas semelhantes à História Política Tradicional positivista, valendo ressaltar que também apologética.

Desta forma para compreender a maçonaria de forma histórica, não monolítica, não superdimensionada proponho entendermos esta como um espaço oriundo da socialização, onde sujeitos de interesses em comum, ou não, se utilizam da rede de sociabilidade para alcançar objetivos, dentro de espaços e tempos, contextos políticos, religiosos e econômicos. Assim refaço a perguntas: O que leva então, partindo destes pressupostos teóricos, duas lojas maçônicas dentro de um contexto de expansão territorial e comercial da cidade de Feira de Santana na Bahia no séc XIX a realizarem uma fusão? Qual a classificação da relação entre estas lojas levando em conta a conceituação de Simmel?

3. Oriente feirense

No Brasil a história de implementação da maçonaria perpassa pelas relações internacionais dos expoentes europeus maçônicos: Inglaterra e França, que não por acaso também eram os expoentes da economia e do discurso de modernidade. Há relatos da presença de maçons pelas cidades litorâneas brasileiras de modo avulso como Olinda, Salvador e Rio de Janeiro e podemos dar destaque a Sebastião José de Carvalho, Conde de Oeiras e Marquês de Pombal (KLOPPENBURG, 2000) porém sem organização federativa, ou como os maçons falam, uma Oficina justa, perfeita e regular.

Podemos destacar os clubes secretos como ensaios a organização da maçonaria no Brasil. Na capitania de Pernambuco podemos destacar a Academia Suassunas, a Universidade secreta de Antônio Carlos e a Escola Secreta de Guimarães Peixoto; na Bahia podemos pensar a Cavaleiro da Luz como uma movimentação de ideais libertários que se alinham a maçonaria e é importante frisar Cipriano Barata, Francisco Agostinho Gomes e José Borges de Barros como um dos principais articuladores tanto dos Cavaleiros da Luz quanto da Conjuração Baiana. Assim como associa-se os ideias revolucionários da conjuração baiana a pensamentos maçônicos, isto também ocorre com diversos acontecimentos brasileiros do séc XIX, como a inconfidência mineira, independência do Brasil, dentre outros.

Em 1801 fora fundada e instalada a primeira

loja maçônica devidamente reconhecida, 'Reunião' filiada ao Grande Oriente Francês usando o Rito do respectivo Oriente, Moderno ou Francês. Ao ser informado que no Brasil havia uma loja filiada ao oriente francês, Portugal filiado ao Grande Oriente Inglês, enviou em 1804 um representante que falhou na missão de subordinar a loja, e assim acabou por fundar outras duas lojas. Koppenburg (2000) afirma que encontramos nesta ocasião desde o começo "a semente da discórdia no seio da maçonaria no Brasil."

As iniciativas baianas de fundar lojas maçônicas foram positivas: em 1802 fora fundada a 'Virtude e Razão', em 1807 a 'Humanidade' e em 1813 a 'União' e tendo três lojas regulares em funcionamento na Bahia fundou-se então o primeiro Grande Oriente Brasileiro, que devido a uma revolução em 1817 tiveram seu funcionamento encerrado, ou como dizem os maçons: colunas adormecidas.

Na cidade de Feira de Santana, situada no interior da Bahia, a fundação da primeira loja maçônica tem duas datas diferentes. Alberto Alves Boaventura (1981, p.14) afirma que fora fundada a Loja Maçônica Caridade e Segredo Feirense em 1882 filiada ao Grande Oriente do Brasil pelos seguintes membros: Agostinho Fróes da Mota, Barbarino Alves de São Boaventura, Antonio dos Santos Rubem, Valentim José de Souza, Romão Vasco Marinho, Cirilo da Silva Carneiro, José Pedro de São Leão, José Antunes Guimarães e Cicero da Silva Carneiro instalada em na Rua Conselheiro Franco em um sobrado.

Segundo Elizaherte Ramos Caires (2006) esta mesma Loja fora fundada em 1884 e aponta como primeiro venerável o maçom grau 33 Antônio Lázaro de Oliveira Leitão. A diferença de datas podem ser resultado dos transmisses legais da maçonaria para reconhecimento da Loja como regular, porém mais interessante que as datas que divergem é a presença do nome de Agostinho Fróes da Mota, um coronel, homem de cor com riqueza considerável envolvido diretamente com a política regional.

Vale ressaltar a presença de Fróes da Mota, pois José Bonifácio, primeiro Grão Mestre do Grande Oriente do Brasil, implementou a maçonaria brasileira um hábito da carbonária Italiana, conhecida como Alta Venda, a fim de fortalecer a rede de sociabilidade de interesse mútuo da maçonaria com membros influentes politicamente e de bens como nos relata Figueiredo Lima em Kloppenburg (2000) que são iniciados nas maçonarias locais a maior quantidade de homens influentes e ricos que seja possível. Este há-

bito proporcionou a maçonaria feirense meios de se estabelecer materialmente de forma estável em termos de bens materiais e uma rede sociabilidade poderosa política e economicamente.

Nossa fonte oriunda do memorialista Boaventura (1981) nos revela sobre o tempo de funcionamento da Caridade e Segredo Feirense:

(...) teve vida relativamente curta, talvez, pelas dificuldades da época ou pelo reduzido número de irmãos a ela filiados. Contudo, mesmo depois de adormecidas as suas Colunas, os irmãos viviam dentro e nos princípios de nossa Sublime Ordem, irmandade, ajudando a comunidade e mantendo contato com Lojas regulares em todo Brasil (BOAVENTURA, 1981, p.15).

É importante situarmos Feira de Santana do fim do séc XIX e início do XX para compreendermos a motivação da implementação da maçonaria na cidade mesmo que de forma breve; Este período, fim do séc XIX e séc XX, a cidade teve um considerável desenvolvimento socioeconômico, sendo esta um entroncamento que conectava os interiores da Bahia, como afirma Silva (2000), sendo que temos que levar em consideração o novo ideal republicano que proporcionou o desejo da busca pelo moderno, pela civilidade que se alinha com o preceito maçônico de progresso.

Preceito de progresso que Souza (2015) explica que bebe da fonte do Iluminismo entendendo que as sociedades possuíam histórias que atendiam às regras gerais e totais que possuíam um fim e finalidade em direção a um contexto moralmente justo e perfeito. A maçonaria se alimenta disto e acredita no progresso do coletivo tão quanto individual através da razão e ciência de forma cartesiana para um futuro de moral subjetiva baseando-se na moral e virtude. É importante salientar que não apenas acreditam no progresso inevitável da sociedade, como também acreditam ser vanguarda deste e usam deste discurso para valorizar a instituição perante a sociedade externa, profana. Assim se da parte da distinção entre o sagrado e profano na maçonaria, sendo eles sagrados por serem possuidores da responsabilidade, poder e luz de ser a ponta de lança do progresso no combate as trevas da ignorância e atraso.

O alinhamento do ideário republicano, com a

ascensão socioeconômica e a proximidade com cidades já possuidoras de maçonaria, mais especialmente a capital Salvador e a cidade da qual era um povoado, Cachoeira, tornou Feira de Santana um local propício à implementação da maçonaria com patrocínio de ricos comerciantes, a exemplo de Agostinho Fróes da Mota. A cidade então alcança no séc XIX o número de 6 Lojas maçônicas filiadas a diversos Orientes, muitas fruto de dissidências e uma com caso atípico de fusão das Lojas Luz e União e Fraternidade Paz e Progresso com articulação da Harmonia, Luz e Sigilo dando origem a Luz e Fraternidade.

3.1 Luz e União

Segundo Caires (2006), no dia 15 de janeiro de 1926 foi fundada/instalada a Loja "Cruzeiro do Sul" situada na Rua Conselheiro Franco, 38 - centro, já filiada ao Supremo Conselho do Brasil sob a presidência do Visconde de Jequitinhonha, vulgo Montezuma, com o rito Escocês Antigo e Aceito. E afirma que esta Loja não vigorou, pelo menos não com este nome, tendo em vista que quase todos os fundadores que criaram a Loja reuniram-se em 04 de março do mesmo ano e fundaram a Loja Luz e União situada à Rua Conselheiro Franco, 10 - centro sob os auspícios do mesmo Supremo Conselho e funcionando sob mesmo rito.

Já segundo Boaventura (1981, p.18) a Loja Luz e União fora fundada em 28 de Abril de 1928 e acrescenta 'sob auspícios da Soberana Grande Loja da Bahia' em um sobrado localizada na Avenida Senhor dos Passos nº31. Apesar das divergências notamos que ambas as fontes têm em comum demonstrar legitimidade da Loja associando-se a órgãos reconhecidos e as dificuldades de funcionamento durante o Estado Novo levando a adormecer as colunas em 1937 enquanto João Marinho Falcão era Venerável da mesma. A Loja acorda de forma regular em 21 de Abril de 1945/46 funcionando na rua Sales Barbosa, importante devido ao fluxo comercial. Em 1949 o prefeito da cidade, também maçom, Agnaldo Soares Boaventura viabiliza a doação de um terreno que em 1951 fora vendido para compra de um terreno no valor de 30.000,00 (Trinta mil cruzeiros). Vale ressaltar a presença de personalidades políticas atuantes e o uso da sociabilidade maçônica para fortalecimento da ordem.

João Marinho Falcão formado em direito, jornalista e extremamente atuante politicamente pelo

Partido Comunista do Brasil compunha os quadros da loja representa bem o perfil maçônico esperado da época: intelectual, de posses e que lute pelo bem comum. E o ato do recebimento de doação de terreno em área nobre mostra como as articulações políticas pela rede sociabilidade favoreceu a consolidação material desta Loja. Vale pontuar que a loja tinha alta atuação social patrocinando duas escolas; uma no distrito de Matinha e a outra no distrito de Angüera com os respectivos nomes de Escola Infantil Luz e União I e Luz e União II. Parte da preocupação com a educação é oriunda do ideal republicano de educação que se alinha com o preceito maçônico de liberdade,³ assim as escolas eram instrumentos do progresso.

presidida pelo Ir.º Osvaldo Galeão dos Santos o Ir.º Aurelino da Silva Passos informou que recebera em sua residência o Ir.º Dorival Passos - Secretário de Educação e Saúde do Estado da Bahia, e num pequeno espaço de tempo pediu ao secretário que criasse uma escola em nosso prédio maçônico, o que foi prontamente acatado por aquela autoridade do Governo do Estado (CAIRES, 2006).

A escola foi fundada e com uniforme próprio que identifica que a mesma era patrocinada pela maçonaria:

Em 28 de junho de 1952 foi informado aos IIR.º que o fardamento das escolas estaduais têm um modelo próprio, mas a nossa escola teria um triângulo do lado esquerdo do peito com as iniciais S.º J.º E.º (CAIRES, 2006).

3.2 Fraternidade, Paz e Progresso

A história da fundação da outra loja que veio a se fundir com a Luz e União, a 'Fraternidade, Paz e Progresso', é de dissidência. Em julho de 1951 os maçons da Loja Segredo, Força e Aliança reunidos no prédio nº26 da Sales Barbosa decidiram fundar uma Loja filiado a outro Oriente, Grande Oriente Unido do Brasil, devido a insatisfação com o Grande Oriente do Brasil demonstrada através de um manifesto assinado por 34 maçons. E assim fora fundada a Loja Fraternidade Paz e Progresso sob os auspícios do Grande Oriente Unido do Brasil, sob o rito Escocês Antigo e Aceito (BOAVENTURA, 1981, p. 50-52).

"A Loja Fraternidade, Paz e Progresso implantou uma nova dinâmica na maçonaria feirense, realizando um trabalho maçônico intenso e algo proveitoso para comunidade, fundando a Escola São João da Escócia [infantil]" e justifica que isso se deve a mesma atrair para reunião maçons de diferentes potências e que "maçonaria não existem fronteira, sem condicionamentos de Potências ou de Lojas" (BOAVENTURA, 1981, p.50).

É importante frisar o processo de fundação do São João da Escócia como demonstrativo da sociabilidade maçônica e como esta permitiu em Feira de Santana a instrumentalização dos maçons envolvidos com a política em diferentes níveis, desde prefeituras ao governo estadual. Caires (2006) nos informa que em maio de 1952 numa sessão magna de iniciação

Podemos pensar o uso de um uniforme diferenciado como valor agregado ao capital simbólico da maçonaria e ao mesmo tempo um discurso sobre seus ideais relacionados a educação no século XX que se opuseram diretamente com a concepção do ensino confessional religioso. Percebemos que ambas as predecessoras da Luz e Fraternidade possuíam a preocupação com a educação, e com a identificação das escolas como sendo de patrocínio maçônico e para identificar as mesmas como sendo pertencentes a maçonaria isto é expresso desde os nomes aos fardamentos. Ambas a lojas com poder financeiro suficiente para manutenção de escolas, com uma rede de sociabilidade com um quadro relativamente grande para época, o que poderia levar a fusão?

3.3 Fusão

Para compreender a fusão das duas lojas citadas anteriormente devemos nos perguntar o motivo as fontes, e perguntando isto podemos traçar duas principais hipóteses: problemas financeiros e dissidências. Outro ponto a se pensar é como foi realiza-

³ A liberdade a primazia a nos debruçarmos é a de consciência, permitindo em seus diversos contextos, permitir ao homem afirmar-se em suas ideias a maçonaria atraiu os mais diversos intelectuais e formou espaços de formação política por meio de debates com a vantagem do segredo que transformou a instituição em um abrigo em diferentes contextos de perseguição (SOUZA, 2015).

do o processo de unificação e a problemática da existência de mais de um Oriente reconhecendo-se legítimos.

Boaventura (1981) nos dá uma pista ao escrever sobre Loja Harmonia Luz e Sigilo, a qual foi membro fundador em 1953. Loja essa que assim como a Fraternidade, Paz e Progresso foi originada de conflitos internos e externos da Loja Maçônica Segredo, Força e Aliança, mas apesar dos conflitos a maçonaria feirense mostrou-se mantenedora do preceito de fraternidade ⁴ a começar realizar reuniões conjuntas.

[fora proposto pela Loja Harmonia, Luz e Sigilo] em 1954, às Lojas Fraternidade, Paz e Progresso e Luz e União, a realização mensal de uma sessão, em conjunto, entre as três lojas, e fossem discutidos assuntos concernentes à Ordem e escolha, ou melhor dizendo, julgamentos de novos candidatos à iniciações (BOAVENTURA, 1981, p.57-58).

Um ato atípico de reconhecimento, isto é, o Grande Oriente do Brasil não reconhecia como maçons os membros da Soberana Grande Loja da Bahia e vice-versa. Entretanto os laços da maçonaria feirense pareceu forma entre estas três lojas uma cadeia de união tendo sido realizado um jantar em dezembro de 1954 no Hotel da Euterpe (BOAVENTURA, 1981, P.58-59).

As fontes mostram grandes aproximações das lojas, principalmente para debater problemas da cidade e a construção de um "Palácio Maçônico" para as três lojas, algo que não foi concretizado, mas que viabilizou a mútua ajuda entre Luz e União e Fraternidade, Paz e Progresso para terminarem a obra de um templo em ponto de laje da Luz e União localizada na Av. Getúlio Vargas. Fora elaborado um contrato e no dia de assinatura do mesmo fora sugerido por Demóstenes Alves de Brito que as duas lojas se fundirem, formando apenas uma Loja, pois assim conseguiriam chegar ao objetivo maior: tornar feliz a hu-

manidade e a construção de um templo.

Ainda em 1956, veio a Feira de Santana Everal Bacelar, Sereníssimo Grão-Mestre do GLUB junto ao seu adjunto Carlos Maron que presidiu uma reunião com objetivo de transformar as três lojas em apenas uma. Boaventura relata que Asclepiades Negrito de Barros, Venerável Mestre da Luz e União, acatou ao pedido devido a difícil situação de sua oficina. Carlos Teixeira de Freitas, Venerável Mestre da Fraternidade, Paz e Progresso, concordou (BOAVENTURA, 1981, p.64-66).

Vale ressaltar o discurso de Boaventura quanto sujeito membro da Harmonia Luz e Sigilo, em seu texto escreve que a loja que estava sendo construída na Av. Getúlio Vargas estava em início de construção, enquanto outras fontes demonstram que o prédio estava já bem encaminhado. Isso pode ter ocorrido, pois foi delegado a Boaventura tentar unificar as três lojas no prédio da Harmonia, Luz e Sigilo, função que por não conseguiu executar e acabou por unificarem-se apenas a Luz e União com a Fraternidade, Paz e Progresso.

No mesmo ano em dezembro então nasce a Loja Maçônica Luz e Fraternidade filiada a Grande Loja Simbólica do Estado da Bahia funcionando em um dos ritos mais populares no Brasil e praticado em Feira de Santana, Escocês Antigo e Aceito em uma sessão extraordinária com a convocação de 90 maçons por carta e anúncios. Destacam-se na ata a presença de João Marinho Falcão, prefeito da cidade e maçom, Josias Mendes Leite - Delegado do Grão Mestre e Demóstenes Alves de Brito da Loja Nilo Peçanha Oriente do Rio de Janeiro.

Mesmo depois da fusão as lojas foram conduzidas como se fossem distintas, podemos entender isto evidencia o quão processual foi a fusão.

Após a fusão as reuniões continuaram sendo conduzidas como se fossem lojas distintas, ou seja, continuaram com reuniões conjuntas onde o cargo de Ven.'. Mest.'. era preenchido pelos Ilr.'. Asclepiades Ne-

⁴ que se estabelece em duas formas distintas, a primeira delas dentre os irmãos da ordem, funcionando como um auxílio material, o que em determinado momento abarcou por representar um importante instrumento de cooptação de homens para dentro da instituição como cita (SOUZA, 2015 apud BARATA, 1998), podendo apresentar ainda outras formas de leitura, a partir do momento que entendida como nova proposta de convívio baseada na cordialidade, no respeito e na conduta pacífica dos membros. A segunda forma de compreender a fraternidade se dá no campo da filantropia promovida pelo ordem nos espaços sociais pertencentes, gerando assim divulgação e enaltecimento das práticas maçons, gerando assim legitimidade em sua atuação e inserção na camada profana das sociedade com a lógica do clientelismo a partir da filantropia.

grito de Barros da Luz e União ou Carlos Teixeira de Freitas da Fraternidade Paz e Progresso, e o secretário citava os nomes das duas lojas. A primeira ocorreu dia 21 de dezembro de 1956 onde o Ir. Demóstenes Alves de Brito – Orad.!, detalhou novamente os procedimentos a serem adotados com referência aos trâmites legais. Nessa sessão foi discutido e votado o nome da nova Loja, apresentando o seguinte resultado: União e Fraternidade - 00 votos, Deus e Natura - 01 voto, Luz e Progresso - 04 votos, União e Progresso - 04 votos, Luz e Fraternidade - 41 votos (CAIRES, 2006).

Podemos notar então que um dos problemas, frequência, fora resolvido pelo número de votantes e a quantidade de reuniões no espaço: duas vezes por semana, sendo ambas conjuntas variando apenas quem coordenava de acordo ao dia. Em uma reunião realizada em fevereiro de 1957 foi solicitado que “que não mais fizesse distinção entre os Ir. de Luz e União e Fraternidade Paz e Progresso, e que as correspondências emitidas fossem em nome de Luz e Fraternidade. Sugeriu ainda, que utilizássemos o regimento interno de Luz e União para formular o nosso novo regimento” (CAIRES, 2006).

A regularização da Loja ocorreu em sessão magna ocorrida em 13 de abril de 1957, e em 19 de junho do mesmo ano foi empossada a primeira diretoria para o período de 1957/1958, com a presença de 84 maçons filiados e 20 visitantes as fontes destacam:

o Ir. Orígenes Calmon Grande Chanc.!, Adjunto e representante do Grão Mestre; João Marinho Falcão - Prefeito do município, Josias Mendes Leite - Delegado Distrital, e representantes das lojas: Segredo Força e Aliança, Harmonia Luz e Sigilo do Or. de Feira de Santana, e Deus e Fraternidade Serrinhense do Or. de Serrinha-Ba (CAIRES, 2006).

Assim percebemos que no sentido de resolver os problemas financeiros e de frequência a fusão das lojas surtiu efeito, se apropriando do conceito de fraternidade para superar diferenças e prezar a irmandade e funcionamento da Ordem na cidade por meio da sociabilidade para alcançar objetivos. A fusão foi re-

sultado de um processo de confraternizar maçons, mesmo de diferentes Orientes, junto a conquista nos âmbitos públicos e privados por meio de articulações com poderosos maçons políticos e donos de bens que buscavam cumprir de modo cartesiano as ações da maçonaria para chegar a um bem como subjetivo: felicidade, progresso, modernidade e civilidade que para os maçons da feira do séc XIX e XX soavam como sinônimos.

4. Considerações Finais

A maçonaria é histórica, diversa e rodeada de diferentes relações humanas que a torna única em cada espaço-tempo que ocupe. A maçonaria feirense se deu em meio a conflitos internos e externos e relações de interesse mútuo, se valendo de seu poder de articulação para manter-se presente e atuante na cidade princesa, seguindo tendências nacionais da maçonaria do Brasil, de defesa do ensino laico principalmente como podemos observar no número de escolas fundadas pela mesma, diretamente ligadas a ideia de progresso.

Vale ressaltar que para além da sociabilidade maçônica foi de extrema importância a condição material que fora articulada para manutenção da maçonaria na cidade. Ter em seus quadros ricas famílias feirenses e de influência política mais do que considerável empenhadas e frequentes na maçonaria proporcionou locais de reunião, construção de prédios e realização de eventos. Podemos averiguar que houveram muitas dissidências na maçonaria feirense devido a conflito de interesses, vale ressaltar que para Simmel o conflito é resultado do desenvolvimento individual que da sociedade uma resposta positiva mediante a acordo ou pela superação do conflito. A Loja Luz e Fraternidade pode ser encarada como superação de um conflito maior da maçonaria feirense tanto na união de Lojas quanto materialmente.

A fusão das lojas, o histórico e todo processo que levaram a fundação da Luz e Fraternidade evidência como a sociabilidade maçônica foi usada para manter a atividade de grande números de maçons militando pelos Baluartes maçônicos do século XX. Muito se tem ainda a pesquisar sobre a atuação da maçonaria feirense, apesar dos escassos documentos acessíveis a historiadores profanos o esforço em pensar os silenciamentos, relações públicas, escolas patrocinadas pela maçonaria etc pode fornecer ricas reflexões sobre a atuação da mesma na cidade em

diferentes épocas.

5. Fontes e Referências

5.1. Fontes

BOAVENTURA, Alberto Alves. *A Maçonaria no Oriente de Feira de Santana*. 1981

CAIRES, Elizaherte Ramos. *História de fundação da Loja Maçônica Luz e Fraternidade nº 14 Or.º de Feira de Santana/Ba*. Apresentado em Julho de 1998, Publicado em: 27 de outubro de 2006. Disponível em: < <http://www.luzefraternidade.org.br/pagina/6/historia.html> > Acessado em: 13 fev. 2018

5.2. Referências

AZEVEDO, Célia M. Marinho de. Maçonaria: História e Historiografia. *Revista USP*, São Paulo (32):178-189, Dezembro/ Fevereiro 1996-97

BARROS, Francisco Borges de. *Os confederados do partido da liberdade*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1922.

BOAVENTURA, Alberto Alves. *A Maçonaria no Oriente de Feira de Santana*. 1981.

CAIRES, Elizaherte Ramos. *História de fundação da Loja Maçônica Luz e Fraternidade nº 14 Or.º de Feira de Santana/Ba*. Apresentado em Julho de 1998, Publicado em: 27 de outubro de 2006. Disponível em: < <http://www.luzefraternidade.org.br/pagina/6/historia.html> > Acessado em: 13 fev. 2018

CARVALHO, William Almeida de. "Pequena História da Maçonaria no Brasil". *REHMLAC* ISSN 1659-4223. Vol. 2, Nº 1, Maio-Novembro 2010

CASTELLANI, José. CARVALHO, William Almeida de. *História do Grande Oriente do Brasil: a maçonaria na história do Brasil*. Editora Madras, 2009.

CERTEAU, Michel de. *A cronologia, ou lei mascarada*. In: "A Escrita da História". 2. ed. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2000. (96-99).

ISMAIL, Kenyo. *História da maçonaria brasileira para adultos*. - 1º ed - Londrina: Ed. Maçônica A Trolha, 2017.

ISMAIL, Kenyo. *Ahiman Rezor: a constituição dos maçons antigos de Laurence Dermott*. Traduzida e comentada por Kenyo Ismail. - 1º ed - Londrina: Ed. Maçônica A Trolha, 2016.

JANCSÓ, István. *Na Bahia, contra o Império: história do ensaio de sedição de 1798*. São Paulo/Salvador: Hucitec/EdUFBA, 1996.

MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. *Presença francesa no Movimento Democrático Baiano de 1798*, Salvador, Itapuã, 1969.

OLIVEIRA, Luciana de; VIEIRA, Vanrochris Helbert. *Nas tramas do discurso: sociabilidade comunicação cultura poder*. Porto Alegre, UFRGS, n. 33, p. 46-63 maio/ago. 2015.

PERES, Fabio de Faria et al. A 'sensibilidade' de Simmel: notas e contribuições ao estudo das emoções. *RBSE 10* (28): 93-120, ISSN 1676-8965, abril de 2011.

RÉMOND, René. Por que a história política? *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1994, p. 7 – 19.

_____. *Por uma História Política* / Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996.

SILVA, Michel. Por uma história da Maçonaria no Brasil. In: *Maçonaria: Sociabilidade, Cultura e Política*. PACO Editorial, 2015.

SILVA, Aldo José M. Natureza sã, civilidade e comércio em Feira de Santana: elementos para o estudo da construção de identidade social no interior da Bahia 1833- 1937. *Dissertação* (Mestrado em História). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2000.

SIMMEL, Georg. *Sociologia, 1 - Estudios sobre las formas de socialización*. Madrid: Alianza Editorial. 1977.

SIMMEL, Georg. *Questões fundamentais de sociologia: indivíduo e sociedade*. Tradutor Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. Organização, Preceitos, Elementos da Cultura Maçônica: fundamentos para introdução aos estudos da Maçonaria. In: *Maçonaria: Sociabilidade, Cultura e Política*. PACO Editorial, 2015.

